

## **Crescimento em 2021 não vai recuperar perdas atuais, diz Marcelo Neri, da FGV**

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Sobre o consumo das famílias, que caiu 12,5%, o economista diz que o impacto poderia ter sido ainda maior sem ajuda do Estado. Matheus Prado, do CNN Brasil Business, em São Paulo O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil encolheu 9,7% no segundo trimestre de 2020, segundo dados divulgados nesta terça-feira (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com o mesmo período de 2019, o tombo foi de 11,4%. Em entrevista ao CNN Brasil Business, o economista e diretor do FGV Social, Marcelo Neri, afirma que a queda foi em linha com economias da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “Sempre estivemos na rabeira e agora tivemos resultado em linha com outros países. Mas a pandemia demorou mais tempo para chegar aqui, e, conseqüentemente, vai demorar mais para acabar. Isso pode diminuir essa relativa vantagem inicial”, diz. Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2012 a 2014 e ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República entre 2013 e 2015, Neri também demonstra dúvidas sobre possível recuperação em V. “Para 2021, teremos algum nível de retomada, mas diria que em formato de “raiz quadrada”, não em V”, diz. “A projeção é de 3,5% de crescimento para o ano que vem, o que não recupera tudo que será perdido em 2020.” Sobre o consumo das famílias, que caiu 12,5%, o economista diz que o impacto poderia ter sido ainda maior sem o auxílio emergencial. “Mostra que este governo se destacou com uma política keynesiana, com transferência de renda. Isso gera um efeito nas contas públicas, mas teve importância para estimular a economia.” Isso deve inclusive, na visão de Neri, desacelerar a recuperação da economia no terceiro trimestre. Confira, a seguir, trechos da entrevista: CNN Brasil Business – O resultado do PIB está em linha com o que se esperava? Marcelo Neri: A queda de 9,7% é comparável com a média da OCDE. Sempre estivemos na rabeira e agora tivemos resultado em linha com outros países. Mas a pandemia demorou mais tempo para chegar aqui, e, conseqüentemente, vai demorar mais para acabar. Isso pode diminuir essa relativa vantagem inicial. Também houve revisão importante do resultado do primeiro trimestre. O que mostra que a pandemia afetou o primeiro semestre por inteiro. Além disso, o que é possível dizer sobre o desempenho de cada setor? O saldo entre importações e exportações foi positivo. O agronegócio se salvou e a indústria teve forte queda no período. O resultado como um todo é espetacularmente ruim, porque nos coloca de volta em 2009. Trata-se de uma década de retrocesso porque o brasileiro tem agora menos renda do que tinha antes da crise anterior. Como o sr. avalia o consumo das famílias? O consumo caiu muito, mas o tombo seria muito maior se não fosse o auxílio emergencial. Esse dado é surpreendente, porque mostra que este governo se destacou com uma política keynesiana, com transferência de renda. Isso gera um efeito nas contas públicas, mas teve importância para estimular a economia. O que esperar deste indicador agora, já com a redução do auxílio emergencial? Agora, com o anúncio de que o auxílio será reduzido para R\$ 300, deve haver efeito negativo no indicador de consumo das famílias. Posto isso, os valores do 2º trimestre serão os piores, mas ainda não sabemos se já batemos no fundo do poço. Quando olhamos para os dados do mercado de trabalho neste período, houve queda na renda e aumento na desigualdade. O lado real da economia mostra queda ainda maior nas contas nacionais. O governo incluiu no Orçamento de 2021 um aumento na verba do Bolsa Família. Isso representa uma mudança de abordagem? Não orçamentariamente. O Bolsa Família ganhou 20%, mas isso é só reposição das perdas passadas. Mas, de qualquer forma, vai ser uma redução brutal em relação em relação aos R\$ 600 do auxílio emergencial. Mesmo o novo valor, de R\$ 300, é mais generoso que o Bolsa Família. Talvez represente algum aprendizado de responsabilidade social, mas a redução orçamentária vai falar mais forte. Como enxerga a retomada da economia? Podemos falar em recuperação em V? Para 2021, teremos algum nível de

retomada, mas diria que em formato de “raiz quadrada”, não em “V”. A projeção é de 3,5% de crescimento para o ano que vem, o que não recupera tudo que será perdido em 2020. O desafio agora é mexer com as expectativas. Mostrar solvência fiscal, injetar recursos no curto prazo. A redução do auxílio é um sinal de que o governo vai seguir caminho intermediário. Temos que acompanhar para ver se o diálogo vai se manter nessa direção. Por fim, o governo anunciou que a reforma administrativa só vai valer para os novos servidores. Isso compromete o processo? É uma decisão realista, porque é difícil lidar com direitos adquiridos. Mas diminui o escopo do ajuste que o Brasil precisa, o ajuste fica mais modesto. De qualquer forma, pode ter efeito de incentivo, para melhorar a eficiência do Estado.



Fila para sacar o auxílio emergencial em agência da Caixa na Brasilândia, em São Paulo Foto: Daniel Motta e Talis Maurício/CNN (8.mai.2020)